

## Rasuras Em Sala: Leitura, Literatura De Autoria Feminina E Sala De Aula

*Erasures in the Classroom: Reading, Literature by Female Authors, and the Classroom*

Luane Tamires dos Santos Martins\*

*Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*

Alagoinhas, Bahia, Brasil

Jailma dos Santos Pedreira Moreira\*\*

*Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*

Alagoinhas, Bahia, Brasil

**Resumo:** O artigo em questão pretende traçar uma reflexão sobre a importância de trabalhar literatura de autoria feminina em sala de aula numa perspectiva dos estudos feministas. Por muito tempo, os escritos de autoria feminina foram negligenciados, apagados e silenciados em nosso país. Nesse sentido, emerge uma constante necessidade de discutir nas aulas de literatura textos escritos por mulheres, bem como seus contextos de criação e circulação com o objetivo de rasurar essa metodologia que vem sendo empregada há anos nas instituições escolares. Assim, tomar-se-á como fundamentação básica para este trabalho os escritos de Simone de Beauvoir (1980), Zilda de Oliveira Freitas (2002), Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2011), entre outros, para discussão sobre gênero na perspectiva do feminismo, escrita de autoria feminina e literatura de mulheres em sala de aula. Bem como reflexões de Ítalo Calvino (1992), Antoine Compagnon (1999), Jonathan Culler e Tzvetan Todorov (2010), para discutirmos o conceito de literatura ao longo dos tempos e sua relação com a produção de cultura na sociedade, numa perspectiva crítica cultural. No que tange ao conceito de leitura, nos valeremos da teoria em torno de leitura subjetiva proposta por Annie Rouxel (2012 e 2018). Assim, buscamos estimular futuras discussões, reflexões e projetos que valorizem a literatura de autoria feminina como uma potência discursiva essencial na sala de aula. Mesmo tendo sido silenciada, apagada e considerada alheia ao cânone literário por muito tempo, essa literatura merece seu espaço e reconhecimento.

**Palavras-chave:** Literatura. Leitura. Escrita. Ensino Médio.

**Abstract:** This article aims to reflect on the importance of addressing female-authored literature in the classroom from a feminist studies perspective. For too long, female-authored writings have been neglected, erased, and silenced in our country. Therefore, there is a constant need to discuss texts written by women in literature classes, as well as their contexts of creation and circulation, with the aim of erasing this methodology that has been employed for years in schools. Thus, the writings of Simone de Beauvoir (1980), Zilda de Oliveira Freitas (2002), Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2011), among others, will be used as the basic foundation for this work to discuss gender from a feminist perspective, female-authored writing, and women's literature in the classroom. We also draw on reflections by Italo Calvino (1992), Antoine Compagnon (1999), Jonathan Culler, and Tzvetan Todorov (2010) to discuss the concept of literature throughout time and its relationship to cultural production in society from a critical cultural perspective. Regarding the concept of reading, we will draw on the theory of subjective reading proposed by Annie Rouxel (2012 and 2018). Thus, we seek to stimulate future discussions, reflections, and projects that value literature by female authors as an essential discursive

\* Doutoranda em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (*UNEB-Campus II*), no programa de Pós-Crítica, Alagoinhas- BA-Brasil. *Email:* luanetamiresmartins@gmail.com

\*\* Doutorado na área de Letras (*UFBA*), pós doutora em Letras – metacrítica feminista -Políticas públicas para a literatura feminina- na *UFMG*, professora adjunta na *Universidade do Estado da Bahia (UNEB)*, Campus II, Alagoinhas – BA- Brasil. *Email:* jpedreira@uneb.br

force in the classroom. Even though it has long been silenced, erased, and considered outside the literary canon, this literature deserves its space and recognition.

**Keywords:** Literature. Reading. Writing. High School.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, o texto de autoria feminina vem sendo negligenciado, apagado e subjugado em nosso país. Escritos de mulheres, muitas vezes, foram menosprezados pelo nosso cânone literário, sob o mito de que as mulheres pouco escreviam, ou ainda, que quando escreviam, seus textos não teriam a “literariedade” necessária para serem publicados, consoante a Crítica literária.

Nesse sentido, discutir autoria feminina é também refletir sobre o lugar da sala de aula como dispositivo de poder, manutenção, transmissão ou ressignificação da cultura. Assim, a literatura torna-se um veículo importante nas aulas.

Desta maneira, para o recorte textual em questão, pretendemos discutir os conceitos de gênero atrelados aos estudos feministas; bem como discutir a importância da literatura de autoria feminina em sala de aula, num processo de leitura dinâmico e motivador. Esperamos que as discussões aqui arroladas impulsionem mais pesquisadores e pesquisadoras a promoverem mais reflexões a respeito da leitura e literatura de textos de autoria feminina no Brasil.

## 2 GÊNERO E ESTUDOS FEMINISTAS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Com o advento do debate sobre Gênero na perspectiva dos Estudos Feministas em correlação com os Estudos Culturais e a abertura do campo literário para outras discussões que transcendem a obra literária propriamente dita e o cânone, a reflexão sobre os textos de autoria feminina vem a cada dia ganhando a atenção da crítica e das academias.

Nessa linha, várias teóricas feministas, a exemplo de Guacira Lopes Louro (1997) e Maria Consuelo Cunha Campos (1992), afirmam que gênero é uma categoria que fricciona as relações entre o masculino e o feminino construídas socialmente. Para Campos (1992, p.113):

Tendo o sexo permanecido, nas demais sociedades, como que não questionado, isto é, tido por incorporado ao plano da natureza e sendo o domínio desta identificado ao universal, donde ao comum a toda espécie, a “naturalização” de papéis sociais atribuídos aos sexos consolidou-se hierarquicamente, como se fosse da ordem do senso comum, quando, em verdade, neles se abrigam a dominação, a opressão, a exclusão. Não sendo, pois, sinônimo de sexo – que diz respeito à identidade biológica, à totalidade de uma orientação, de um comportamento e de uma preferência sexuais – gênero concerne à experiência social e pessoal de um e de outro sexo; desenvolve-se enquanto categoria analítica a partir do pensamento feminista, nos anos 80 [...].

Assim, ao contrário de alguns pensamentos ingênuos a respeito, o gênero, como afirma a autora acima referida, não designa apenas as discussões relacionadas ao universo feminino; não é uma definição baseada no sexo, biologicamente falando, dos indivíduos. A categoria questiona, portanto, o universo “naturalizado” dos sexos, as imposições sociais que são costumeiramente tidas como natas ao indivíduo, seja este masculino ou feminino. Desta forma:

[...] não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (...). O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, ou, então como são ‘trazidas para a prática e tornadas parte do processo histórico. ( Louro, 1997, p. 22).

Ampliando ainda esta discussão conceitual sobre gênero, vale ressaltar que no texto “A emergência do gênero” de Guacira Lopes Louro (1997), a autora traça as repercussões iniciais do movimento feminista e sinaliza que somente a partir de 1968 é que surgem nas academias, nas faculdades, os “estudos da mulher”, como afirmou também Campos (1992). Falando sobre gênero, sexo e sexualidade, Louro explica que foi através das feministas anglo-saxãs que o termo “gênero” passou a ser usado no sentido de rejeitar o determinismo biológico e relata sobre a diferença existente entre os três termos supracitados, enfatizando que a pretensão é entender “gênero” como “constituente da identidade dos sujeitos” e nos induz também a problematizar e desconstruir a dicotomia “masculino-feminino.”

Seguindo esta mesma linha de discussão sobre gênero, a autora Joan Scott (1990), em seu artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, questiona o sentido fixado das palavras e com base em tal questionamento apresenta-nos algumas diferentes definições para a palavra “gênero”, desde a definição encontrada no dicionário às definições de feministas e teóricas. Scott nos apresenta um panorama histórico sobre o surgimento do termo ‘gênero’ e fala sobre a pertinência dos primeiros estudos realizados pelas historiadoras feministas que assumiram duas categorias distintas: uma descritiva e outra de ordem causal.

Posteriormente, a autora discute sobre as postulações teóricas do patriarcado que concentravam a sua atenção na subordinação das mulheres e encontravam a explicação para este fato na ‘necessidade’ do macho dominar as mulheres. Joan Scott ressalta ainda as implicações políticas no tocante as teorias sobre gênero e a relação da concepção de gênero com a noção de poder. Por fim, a autora nos apresenta alguns questionamentos a respeito da relação gênero, política e poder e ressalta que o questionamento crítico pode nos abrir possibilidades para uma reestruturação e redefinição do gênero.

No que diz respeito aos estudos feministas, Louro (1997) ressalta que:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua

ampla **invisibilidade** como sujeito da Ciência. (Louro, 1997, p.17, grifo nossa).

Dessa forma, compreendemos a importância destes estudos feministas, porém, na contemporaneidade, é preciso ressaltar que não nos limitamos mais ao objetivo de “tornar visível” aquelas que outrora foram apagadas da história. Objetivamos, portanto, recontar a história que nos fora contada por olhares excludentes e patriarcais.

Assim, considerando os estudos feministas mais recentes, podemos observar que essa reflexão para uma provável “redefinição do gênero” sugerida por Scott permeia as teorias de algumas feministas. Pensar “gênero” na perspectiva do feminismo contemporaneamente é assumir que os sentidos baseiam-se nas diferenças, refletindo e problematizando o mito da igualdade dos sexos, quando esta é compreendida como homogeneidade. Para Catiz- Montoro (1999, p.76):

Sob o ideal humanista da neutralidade dos sexos, a igualdade tem sido frequentemente entendida como uniformidade: isto é, nós, homens e mulheres, somos todos iguais e possuímos os mesmos direitos e necessidades. Isso limitou a consciência de diferentes grupos de indivíduos (de passados étnicos não brancos) e tem gerado muita controvérsia, levantando questões importantes sobre o que é estar liberto e o que isso acarreta para as mulheres. Quem, no final, são os beneficiados dessa liberação feminina? O que certamente não pode ser negado é que hoje em dia as mulheres ainda não são iguais aos homens, sejam elas de um país chamado “desenvolvido” ou não.

Nessa perspectiva, os estudos de gêneros corroboraram para impulsionar os estudos feministas não apenas com a finalidade de visibilizar as práticas femininas rechaçadas pelo patriarcado, mas também, fazer ecoar novas vozes, novas histórias, numa tentativa de rasurar a historiografia hegemônica e ressignificar o que já vem sendo impregnado no imaginário cultural. Vale-nos ressaltar que a sociedade refreava e silenciava qualquer expressão política, teórica ou artística oriunda das mulheres, portanto, faz-se necessária uma crítica-prática, que se mostre, faça e refaça a história.

Nesse ínterim, a obra "O Segundo Sexo", escrita por Simone de Beauvoir e publicada em 1949, é uma das obras fundamentais do feminismo moderno e um marco na crítica às construções sociais e culturais que subordinam as mulheres. Beauvoir, filósofa existencialista francesa, utiliza uma abordagem multidisciplinar para examinar a condição feminina em diferentes aspectos: social, histórico, biológico e psicológico.

A obra se estrutura em dois volumes: "Fatos e Mitos" e "A Experiência Vivida". No primeiro volume, Beauvoir desconstrói mitos e estereótipos acerca das mulheres, argumentando que a ideia da inferioridade feminina não tem fundamentos biológicos, mas sim sociais e históricos. Ela critica a visão tradicional que coloca as mulheres como "o Outro" em relação aos homens, subordinadas e definidas pela perspectiva masculina dominante. Beauvoir argumenta que as categorias de feminino e masculino são construções sociais que perpetuam desigualdades e injustiças.

No segundo volume, Beauvoir explora a experiência concreta das mulheres ao longo da história e em diferentes contextos culturais. Ela analisa como as mulheres são socializadas desde a infância para se conformarem aos papéis tradicionalmente femininos,

como cuidadoras, mães e esposas, limitando suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional. A autora também aborda questões como a sexualidade feminina, a maternidade, o trabalho doméstico e as lutas das mulheres por igualdade de direitos e reconhecimento.

Um dos pontos mais marcantes de "O Segundo Sexo" é a crítica incisiva de Beauvoir ao conceito de "eterno feminino", argumentando que ele não passa de uma construção ideológica que reforça a submissão das mulheres. Para a autora, a mulher não nasce, ela torna-se. Dessa forma, ela conclui que a emancipação das mulheres só será possível através da tomada de consciência de sua condição opressiva e da luta por uma transformação radical das estruturas sociais e culturais que as marginalizam.

Assim, é possível afirmarmos que o lugar da mulher na sociedade foi construído numa perspectiva falocêntrica e patriarcal nos moldes da opressão. Desta forma, tornava-se invisível também a escrita de autoria feminina, uma vez que a cultura dominante do espaço literário era genuinamente masculina.

### 3 LITERATURA DE AUTORÍA FEMENINA: TEXTOS E CONTEXTOS

Dominada por uma concepção patriarcal, a nossa sociedade acostumou-se a inferiorizar, menosprezar e a tornar invisível toda produção feminina e enaltecer as masculinas. Os lugares políticos de destaques, os melhores prêmios de valorização cultural, os melhores salários, entre outros, desde os tempos mais remotos, não são destinados ao público feminino e essa desigualdade social, infelizmente, é mascarada muitas das vezes com políticas que enaltecem o mito da falsa democracia e da igualdade social.

Nesse sentido, a escrita literária feminina, por sua vez, foi excluída majoritariamente do cânone literário por muitos anos. Quando a teoria literária clássica considera o autor como uma espécie de Deus criador (Todorov, 2010), soberano da criação emanado de luz e potencialidade criativa, ressalta o caráter patriarcal do gênero masculino numa perspectiva de construção cultural, assim, exclui a mulher deste campo subjetivo da criatividade, tornando-a simples objeto de apreciação, pois conforme afirma Norma Telles (2008, p.403) “(...) À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação. (...) [A mulher] É musa ou criatura, nunca criadora.”

Para Osmar Moreira dos Santos (2016) a principal questão que atravessou o universo acadêmico de alguns pesquisadores por muitos anos foi—é o direito a memória, principalmente o direito a memória envolvendo “(...) aquelas populações de índios, de negros, de mulheres, de homossexuais que foram e têm sido despejadas de sua língua, cultura, território e de sua própria identidade.” (Santos, 2016, p.12) Diante disso, vale-nos perguntar quais livros de escritoras nos vem a memória? Será que conseguimos lembrar nomes de mulheres escritoras tanto quanto de homens escritores? Que memória literária-social foi resguardada por e para nós?

Já sabemos que para mulheres em geral não foi “destinado” o espaço literário. A mulher não era vista como um ser que pensa, capaz de defender seus objetivos, suas vontades, quiça capaz de fazer Ciência, de ser racional, como nos sugere a autora Julia Hissa (1999,p.505, grifo nosso):

Resignação, obediência e passividade são qualidades apreendidas como próprias da natureza da mulher, por força da ideologia, que, valendo-se desses rótulos, passou a encará-la pelo lado da insensatez. **Confundida com a criança, em razão de uma suposta fragilidade, a mulher congelou a voz e os sentimentos ao longo dos anos**, atraindo para si o estigma da diferença. [...]

Pela lógica masculina, a mulher é aprendida como um **“ser – a- menos”**, tão próxima que se encontra da **irracionalidade** e da infantilidade.

Se a mulher não era vista como sujeito da Ciência, pessoa racional, consequentemente ela também não poderia ser vista como sujeito leitor, crítico, reflexivo, ou até mesmo como sujeito capaz de escrever. Nessa perspectiva, tornava-se invisível também a escrita da mulher. Mas é pertinente destacar que apesar da escrita feminina ter sido invisibilizada e silenciada desde os séculos passados, isso não quer dizer que as mulheres não tenham escrito literatura ou que não escreveram ou escrevem. Para Cristina Ramalho (2011, p. 25):

Obras como de *Escritoras brasileiras do século XIX, Tirando do fundo do baú: antologia de poetisas brasileiras do século XIX e desafiando o cânone* (1 e 2), entre outras, ostentam a importância do século XIX para o reconhecimento da inegável inserção da mulher no âmbito da historiografia literária brasileira. São tantos os registros de existência de escritoras e publicações de obras que não há espaço para se negar a incoerência entre o que se pensava (as mulheres pouco escreviam e o que escreviam era de pouca importância) e o que, de fato, se encontrou, depois de incansáveis e exaustivas pesquisas e buscas por publicações.

Nesse sentido, podemos afirmar que o fato dessas escritoras não estarem sob a luz dos holofotes literários, não significa que elas não escreviam. Assim, como afirma Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2020):

A ausência não significava inexistência. O fora era um fora-dentro, que apontava para o devir: uma outra possibilidade de contar e recontar essa história mal contada. Então, o fora, pensando na textualidade feminista, não reclama somente ser incluído, adentrar, colocar o livro na prateleira, mas uma atenção para o que esse livro, essa produção feminista nos provoca, nos convoca.” (Moreira, 2020, p. 165).

Atualmente, obras de autoras como Rachel de Queiroz e Clarice Lispector estão sendo incluídas até mesmo nos vestibulares de algumas universidades estaduais brasileiras. No entanto, é essencial questionar por que, frequentemente, nas aulas de literatura, ouvimos mais sobre os autores do que sobre as autoras, especialmente quando se trata dos considerados clássicos do cânone literário. Conforme observado por Catiz-Montoro (1999) devemos ter cuidado ao usar exemplos isolados para argumentar que todas as mulheres (neste caso, todas as escritoras) têm as mesmas oportunidades em nossos sistemas sociais e econômicos atuais.

Destarte, vale frisar e advertir que não são todas as escritoras que são “conhecidas”, e ao nos depararmos com esse lugar da literatura feminina, da obra literária em si, é pertinente discutirmos, contudo, sobre a construção do cânone literário. O autor Roberto Reis, no texto *Cânon* (1992), nos oferece um aprofundamento consistente em torno do que seja um cânone literário. O autor atrela a construção da ideia de cânone literário às questões culturais e, conseqüentemente, às relações políticas, ou seja, de poder, subjacentes a tais questões. Segundo Roberto Reis (1992, p. 72):

Historicamente, a literatura (...) tem sido um eficaz veículo de transmissão de cultura. A literatura tem sido uma das grandes instituições de reforço de fronteiras culturais e barreiras sociais, estabelecendo privilégios e recalques no interior da sociedade. Ao olharmos para as obras canônicas da literatura ocidental perceberemos de imediato a exclusão de diversos grupos sociais, étnicos e sexuais do cânon literário.

É evidente a exclusão da produção literária feminina quando refletimos sobre quantas autoras canônicas e quantos autores estudamos durante o Ensino Médio. Reis (1992) nos adverte que ao analisarmos um texto literário considerado canônico, devemos considerar as circunstâncias históricas em que ele foi criado. É provável que indivíduos poderosos, nessas circunstâncias, atribuíram valor “literário” a determinados textos em detrimento de outros, estabelecendo-os como cânone. O autor destaca que a canonização literária está impregnada de interesses ideológicos de dominação, poder e exclusão. Ele enfatiza o papel crucial do leitor e da interpretação que este faz dos textos, podendo reinterpretá-los ou não. Ainda ressalta que “nenhum discurso é inocente”, indicando que todo texto, seja literário ou não, canônico ou não, carrega implicações políticas e ideológicas que refletem tanto a posição de quem escreve quanto a de quem lê esses textos. Até por que:

O que é belo, é belo pra quem? O que é artístico, é artístico para quem? O que é poético, ou literário, é assim para quem? E quando? E onde? E com que bases ou princípios? A quem interessa que assim sejam aceitos (ou rejeitados)? Em que contexto? (Wanderley, 1999, p.261)

Seguindo essa mesma linha de discussão proposta por Roberto Reis (1992), o texto “Por que ler os clássicos”, do autor Ítalo Calvino (1994), nos apresenta questionamentos em torno do que é ou não clássico. O termo “clássico”, na perspectiva de Calvino, pode ser compreendido como sinônimo de cânone, sendo assim, a discussão se dá em torno do que é ou não cânone literário. O autor ressalta algumas definições a respeito do termo “clássico literário”, dentre as quais: a ideia de que “clássico” são os livros que ninguém vai dizer “eu estou lendo, e sim, eu estou relendo”; que “clássico” é uma obra que sempre tem algo mais a dizer; e que, em outras palavras, um “clássico” é sempre atemporal. Para Calvino o leitor pode eleger o “seu” clássico e este mesmo leitor não deve desprezar as leituras dos livros considerados “não clássicos”, no entanto, deve alternar a leitura entre os livros que são e os que não são considerados clássicos. Ítalo Calvino afirma em sua conclusão que a leitura dos clássicos é importante para entendermos quem somos e aonde chegamos e que é melhor lê-los do que não lê-los.

Diante deste conjunto de definições de clássicos/cânones nos é lícito afirmar que a literatura de autoria feminina foi, por tempos, excluída desta classificação, assim como da própria historiografia literária, como afirma Ana Rita Santiago da Silva (2011). Adentrar o espaço do cânone tem sido luta constante de nossas escritoras. Segundo Maria Inês de Moraes Marreco (2010) a década de 1850 é considerada como marco oficial da maturidade literária no que cerne as produções masculinas, abrindo espaço, porém, para algumas produções de autoras. Entretanto, “como as publicações estavam sob o controle de editores homens, as mulheres tinham que batalhar para serem aceitas enquanto escritoras, e também acatar os padrões estéticos estabelecidos.” (Marreco, 2010, p. 236).

Para Ramalho (2011) a escritora feminina somente assume uma consciência de sua condição de mulher diante de uma sociedade patriarcal a partir do século XX e isto vai refletir nos seus textos. Para a autora, diversas escritoras do século XIX acabaram reproduzindo muitos dos valores patriarcais em suas obras. Desta maneira:

No século XX, essa consciência é mais palpável, pois o próprio mundo, a própria sociedade começa a discutir a condição da mulher em várias esferas, como a política (com a luta pelo direito ao voto), a trabalhista (com o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho), (...), entre outras. A mulher (ou, mais tarde, as mulheres) passa a ser foco temático e isso facilita sua ação no campo das artes e da literatura. (Ramalho, 2011, p.26)

Mas o que levaria essas escritoras do século XIX a “reproduzir” o sistema patriarcal da época? Considerando as proposições de Maria Inês Marreco (2010) e Freitas (2002), entre outras autoras, a escrita feminina era inferiorizada pelo sistema patriarcal uma vez que somente ao homem foi dado o direito da criação, para a mulher destinou-se a reprodução. Assumir os “moldes” patriarcais naquele período pode ser revisto, entretanto, como a única oportunidade que as escritoras da época encontraram para inserir-se no universo literário, destinado apenas aos homens, uma vez que qualquer forma de expressão artística feminina, principalmente no que cerne a escrita, era duramente reprimida, pois, não nos esqueçamos, escrever está diretamente ligado às questões de poder.

Ao discutir sobre a “A escrita feminina”, Freitas (2002) ressalta, por sua vez, que os primeiros traços da libertação feminina na escrita deram-se apenas no começo do século XX, com uma escrita pautada na fantasia insubmissa, procurando a descrição precisa do seu papel no mundo e sua reinvenção. Segundo a autora:

A literatura não é para as mulheres uma simples transgressão das leis que lhes proibiam o acesso à criação artística. Foi, muito mais do que isso, um território liberado, clandestino. Saída secreta da clausura da linguagem e de uma pensamento masculino que as pensava e descrevia (...). Apenas desabafo? Não, a literatura feminina é mais um registro de inconformismo da mulher àquelas leis. (Freitas, 2002, p. 119).

Desta forma, a mulher passa a buscar a diferença como identidade, a desconstrução do supracitado modelo masculino na prática de sua escrita, assume de fato a sua “inexperiência” e “imperfeição”, encontrando conseqüentemente o seu jeito singular de escrever. Ainda consoante a autora referida, pode-se afirmar que durante séculos a

mulher é desconhecida para si e uma estrangeira na sociedade de valores masculinos. Freitas ressalta que a escrita feminina é justamente este livre expressar-se do universo feminino, lado a lado com o masculino, sem imitá-lo, mas também sem desconhecê-lo.

Apesar destes avanços, para Catiz-Montoro (1999), no que se refere aos sistemas governamentais, as mulheres não são encorajadas a desenvolver sua criatividade, principalmente no tocante à escrita. “Mesmo quando se permite à mulher falar ou escrever, a produção feminina tem sempre sido vista como um trabalho de segunda categoria, principalmente por causa da forma e das questões abordadas.” (Catiz-Montoro, 1999, p.79). Consoante a abordagem supracitada, escrever da perspectiva feminina sempre foi um desafio tanto para enquadrar-se quanto para resistir às pressões e lutas pelo espaço criado por e para os homens. Concluindo seus argumentos, a autora em questão nos leva a compreender que a inclusão feminina no campo social e econômico deve ser feita com base nas diferenças e não no mito das igualdades.

Através dos diversos movimentos sociais feministas, das discussões sobre Gênero e da própria discussão dos Estudos Culturais, a literatura feminina tem surgido aos poucos nos espaços que anteriormente haviam sido negados às mulheres. Nesse sentido, ao refletirmos sobre a literatura de autoria feminina no espaço escolar, ficamos a nos perguntar em que medida e circunstância esta literatura se faz presente nesses espaços, se de fato os textos literários de mulheres chegam aos estudantes e, caso cheguem, como são trabalhados.

#### **4 LEITURA E LITERATURA DE AUTORIA FEMININA EM SALA DE AULA**

Ao refletirmos sobre a presença/ausência da literatura de autoria feminina no famigerado cânone literário e na sociedade, somos implicitamente impulsionados a pensar no processo de leitura literária no espaço da sala de aula. Será que os discentes leem textos de autoria feminina? Como esses textos chegam (ou não) a estes alunos e estas alunas? O objetivo principal desse tópico não é responder a estas questões, mas sim, impulsioná-las a ecoar ainda mais pulsantes, tanto em pesquisas futuras quanto na reflexão da própria práxis pedagógica pelos docentes, inclusive.

Assim, se partimos do princípio que o lugar da literatura em sala de aula está sendo reduzido a simplesmente reprodução didática do processo de codificação sobre as escolas literárias ou o ensino da gramática, é possível considerar o lugar da memória na vida dos sujeitos e refletir sobre a literatura de autoria feminina no processo da educação básica torna-se ainda mais urgente, uma vez que:

O Estado moderno, controlado pelo capital, ao mesmo tempo em que apaga ou inviabiliza o direito à memória dos despejados linguística, territorial, cultural e ontologicamente, impõe uma memória do linear, com seus fantasmas e mecanismos de paralisação do tempo presente, como coexistência de temporalidades e poética da existência. (Santos, 2016, p. 171).

Dessa forma, fomos condicionados a guardar em nossa memória literária apenas os nomes de autores que “O capital” nos autorizou, implícita ou explicitamente. Diante disso, o exercício de perguntar quais textos de autoras existem no repertório dos discentes,

conforme ressalta Moreira (2020, p.168), pode ser assustador na medida em que estes passam a se dar conta de que em seu repertório pessoal não há textos de autoria feminina e quando há, são quantitativamente em menor número que os de homens.

Nesse sentido, escrever textos literários é, para a maioria das autoras, um processo de resiliência. É driblar o sistema opressor, o mercado editorial, o próprio cânone literário, entre outros aspectos. Além disso, considerando a leitura como ato político, ler e compreender os textos dessas autoras também se configura como um ato de resistência, de rasurar a história, de lutar pela persistência anarquivista (Santos, 2016, p.178), de traçar novas histórias, por uma cosmovisão mais igualitária ou equitativa.

O espaço da sala de aula se configura como um lugar de troca de saberes. Lugar em que o professor deve despir-se da herança do detentor de todo saber, para dar lugar a uma roupagem fluida de mediação e (re)construção de si em contato com o outro, tornando-se um anarquivista pedagógico, um mediador, um facilitador (Santos, 2016, p. 178).

Em paralelo a esta abordagem, Tzvetan Todorov (2010, p. 39) ressalta o poder que a literatura tem de nos conectar com nós mesmos e com os outros. De nos expandir através das diversas personagens, ao mesmo tempo, em que nos percebemos nelas e por elas. E segundo o mesmo, esta característica do texto literário reforça a emergência de encorajamos a leitura por todos os meios, mesmo aqueles livros que o crítico profissional/tradicional considera com desprezo, como por exemplo, os livros de Harry Potter. É através do texto literário que reconhecemos as nuances do mundo em que vivemos.

Nessa perspectiva, a pesquisadora Annie Rouxel (2012) nos ajuda a refletir sobre a necessidade de ressignificar esse processo da leitura em sala de aula. Em seu artigo “Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor?”, Annie Rouxel apresenta-nos uma discussão sobre a dimensão da leitura em ambiente escolar e o papel do leitor.

Assim, a autora questiona a leitura analítica (mecânica), muitas vezes realizada nas aulas de Literatura, com o pretexto de esmiuçar didaticamente a estrutura do texto. Para Rouxel (2012) este tipo de leitura exclui o leitor do jogo literário e torna o texto em si enfadonho. Ao aluno é destinado apenas o lugar da reprodução do texto e da análise de suas estruturas, enquanto seu “olhar” e sua subjetividade são deixados de lado, uma vez que “(...) Na verdade, o estudo do texto, longe de ser um espaço de relações individuais e coletivas, era muito mais formação concebida como submissão ao texto.” (Rouxel, 2012, p.274). Nesse sentido, pode-se compreender que a leitura literária em espaço escolar ao longo dos anos termina, por vezes, focando mais na análise do texto que nos sentidos do mesmo.

Dessa forma, como mediar a leitura de um texto de autoria feminina? Que aspectos relevantes podem ser observados no mesmo? Esses sujeitos leitores se reconhecem/identificam nos textos das autoras? E mais: por que trabalhar textos de autoras em sala de aula? Inúmeras questões nos atravessam ao pensarmos a escrita de mulheres na sala de aula.

Para Rouxel (2012) é preciso criar estratégias para o espaço escolar em que as singularidades dos leitores em formação sejam respeitadas. Assim, se quisermos formar

leitores de textos literários no ensino médio, precisamos ressignificar o papel da identificação do sujeito leitor, investir na subjetividade do mesmo, compreendendo que é o leitor quem completa o texto e lhe imprime sua forma singular.

Já no artigo “Ousar ler a partir de si: desafios epistemológicos, éticos e didáticos da leitura subjetiva” (2018), Annie Rouxel apresenta-nos o conceito de leitura subjetiva, refletindo sobre como a leitura pode influenciar na construção da subjetividade do sujeito leitor, em seus valores, em seu modo de ser e de se perceber frente à sociedade em que vive. Neste caso, a leitura subjetiva resgata o prazer estético do texto sem abandonar o processo de reflexão crítica.

Neste sentido, a autora afirma que, quando o leitor aceita participar do jogo literário, a literatura tem o poder de fazer com que o leitor se construa e se desconstrua nas malhas de sentidos emergentes da leitura literária. Assim, a leitura literária subjetiva seria uma ruptura com a tradição da literatura no ponto em que esta afastava a subjetividade do leitor, prendo-se exclusivamente ao texto e à sua estrutura.

Nesse ínterim, Moreira (2020) ainda nos leva a refletir sobre a importância de “(...) começarmos também a perceber que recontar uma história aponta não só para inserir os livros nas prateleiras, mas para a perspectiva da gente os ler, ouvir aquelas histórias, observar os modos de dizer.” (Moreira, 2020, p.164). Nesse sentido, ao trabalharmos os textos de autoras em sala de aula, começamos a recontar/ inventar uma nova história para a escrita de autoria feminina. Como nos afirmar Moreira(2020), começamos a contar uma história diferente daquela que nos foi contada: de que mulheres não escreviam, não pensavam, não produziam, etc.

Além disso, seguindo a perspectiva de leitura subjetiva, como nos propõe Rouxel (2018), nos tornamos não mais detentores do texto enquanto objeto de conhecimento pedagógico, mas mediadores de leitura incentivando os sujeitos a se perceberem nesses escritos, além de refletirem sobre a construção histórico-social de si e das próprias escritoras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações apresentadas, é evidente a relevância de continuar explorando os conceitos de literatura, leitura e escrita de obras femininas. Compreender a literatura sob uma perspectiva crítico-cultural implica abrir-se para uma ampla gama de performances textuais, buscando evitar interpretações fixas e reconhecendo a fluidez dos significados, especialmente nas fronteiras sociais interligadas, como gênero e várias outras categorias, a exemplo de raça, classe, geração, entre outros.

Adicionalmente, é fundamental entender a leitura como um ato de agenciamento político. Ler implica dominar a percepção do mundo ao nosso redor, estando constantemente engajado na cultura circundante e refletindo criticamente sobre o que está explícito e o que foi intencionalmente excluído.

Nesse contexto, tornar-se um leitor de obras literárias escritas por mulheres implica questionar a narrativa histórica que nos foi transmitida, ao mesmo tempo, em que refletimos sobre nossa própria identidade e ações dentro dessa história. É uma oportunidade para desafiar os sentidos impostos por um discurso excludente que permeia

intensamente a sociedade patriarcal em que vivemos. A literatura de autoria feminina transcende o mero registro histórico, constituindo-se como um mecanismo poderoso de agenciamento, rasura, anarquismo e subversão da ordem estabelecida.

Portanto, esperamos que as reflexões delineadas neste contexto contribuam para a formulação de novos conceitos e estratégias, integrando a leitura, a literatura, a dinâmica da sala de aula e os textos produzidos por mulheres. É crucial que os futuros pesquisadores não apenas busquem respostas, mas também ampliem as questões como dispositivos de reflexão crítica e posicionamento político-pedagógico, possibilitando, assim, outros saberes, outros arquivos, outras leituras: rasuras, com a literatura de autoria feminina, na sala de aula.

### REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CALVINO, Ítalo. *Por Que Ler os Clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Maria Consuelo. Gênero. In: JOBIN, José Luís.(Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

CATIZ – MONTORO, Carmem. Feminismo radical e o lugar da nova mestiça. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. CAPELATO, Helena Rolim (orgs.) *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: EDUSP, 1999.

COMPANGNON, Antoine. A literatura. IN: COMPANGON, Antoine; MOURÃO, Cleonice Paes Barreto; SANTIAGO, Consuelo Fortes. *O demônio da teoria: literature e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FREITAS, Zilda de Oliveira. A literatura de autoria feminina. In: FERREIRA, Silvia Lúcia. NASCIMENTO, Enilda Rosendo (orgs). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.

HISSA, Julia. Breve reflexão sobre a condição feminina ao longo dos anos. In: REIS, Livia de Freitas. VIANNA, Luciana Helena. PORTO, Maria Bernadette. *Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Rio de Janeiro, Niterói: EDUFF, 1999.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Arquivos culturais e a produção literária de mulheres: o fora como dispositivo. IN: PEREIRA, Áurea da Silva. CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. *Letramento, identidades e formação de educadores: pesquisa e formação-práxis pedagógica*. CAMPINAS-SP: Mercado das Letras, 2020. p.159 -174

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. Por outros arquivos culturais: o GT mulher e literatura e suas perspectivas para não esquecer o político. IN: SANTOS, Osmar Moreira dos. (Org). *Arquivos, testemunhos e pobreza no Brasil*. Salvador: EDUNEB, 2016. p.243-272.

RAMALHO, Cristina. As faces líricas da escritora brasileira. In: ZONLIN, Lúcia Osama. GOMES, Carlos Magno. (Orgs). *Deslocamentos da escritora brasileira*. Maringá: Eduem, 2011.

ROUXEL, Annie. Ousar ler a partir de si: desafio epistemológico, ético e didático da leitura subjetiva. Tradução Rosiane Xypas. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Porto Alegre, v. 20, n.35, 2018, p. 10-25.

ROUXEL, Annie. Práticas de leitura: quais rumos para favorecer a expressão do sujeito leitor? Tradução Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oliveira. *Caderno de Pesquisa*. v. 42, n.145, 2012, p. 272-283.

SANTOS, Osmar Moreira dos. Um direito à memória e ao exercício do esquecimento. IN: SANTOS, Osmar Moreira dos. (Org). *Arquivos, testemunhos e pobreza no Brasil*. Salvador: EDUNEB, 2016. p.11-27; p.161-188.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Gênero e literatura na educação básica. In: SANTOS, Cosme Batista. GARCIA, Paulo Cezar Souza. SEIDEL, Roberto Henrique. (Orgs). *Crítica cultural e educação básica: diagnósticos, proposições e novos agenciamentos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. IN: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARRECO, Maria Inês de Moraes. Investigando a história das mulheres. In: DUARTE, Constância Lima. DUARTE, Eduardo de Assis. ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Orgs). *Falas do outro: literatura, gênero e etnicidade*. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIN, José Luís.(Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Cristiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Porto Alegre: 1990. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html)> Acesso: Novembro/2011.

SOUZA, Roberto Acizelo. Teoria da Literatura. JOBIN, José Luís.(Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.).  
TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 401-442.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Trad. Caio Meira. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.